

CB
26/10/99 8
05

Proteção às florestas terá gerente

Falta de coordenação entre o governo brasileiro, o Banco Mundial e os países que financiam o PPG-7 atrasa projetos

Marcos Savini
Da equipe do Correio

O Programa Piloto para a Preservação das Florestas Tropicais (PPG-7), a maior cooperação ambiental do mundo entre países e organizações não-governamentais (ONGs), começa a ser rediscutido em profundidade. Ele existe desde 1991 e conta com US\$ 338 milhões — 90% deles doados pelo grupo dos sete países mais ricos (G-7) e União Européia — para financiar mais de 300 projetos na floresta amazônica e na mata atlântica. Mas tem funcionado de maneira desigual e, por isso, poderá ganhar um “gerente”.

Excesso de burocracia e a falta de uma política brasileira “coerente” para a Amazônia são alguns motivos para atraso dos cronogramas de vários projetos. Por isso, de

hoje até quinta-feira, na Academia de Tênis, representantes dos países doadores, do Banco Mundial e do governo brasileiro estarão discutindo uma forte reformulação da estrutura do PPG-7.

O programa foi criado em 1991 com o objetivo de incentivar projetos que sirvam como exemplos de desenvolvimento sustentável na Amazônia e na

mata atlântica; ou seja, que combinem exploração econômica e preservação do meio ambiente. No ano que vem, serão lançadas duas iniciativas: a de prevenção e combate de queimadas e a criação de “corredores ecológicos” como o que ligará “ilhas” (restos de vegetação) de mata atlântica ao norte do estado do Rio de Janeiro, para garantir um habitat para o mico-leão dourado e impedir sua extinção.

Mas as boas intenções muitas vezes esbarram na dificuldade de coordenação dos vários governos

“PREOCUPA-NOS SABER COMO O PPG-7 AJUDA NO DEBATE NACIONAL DE COMO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA”

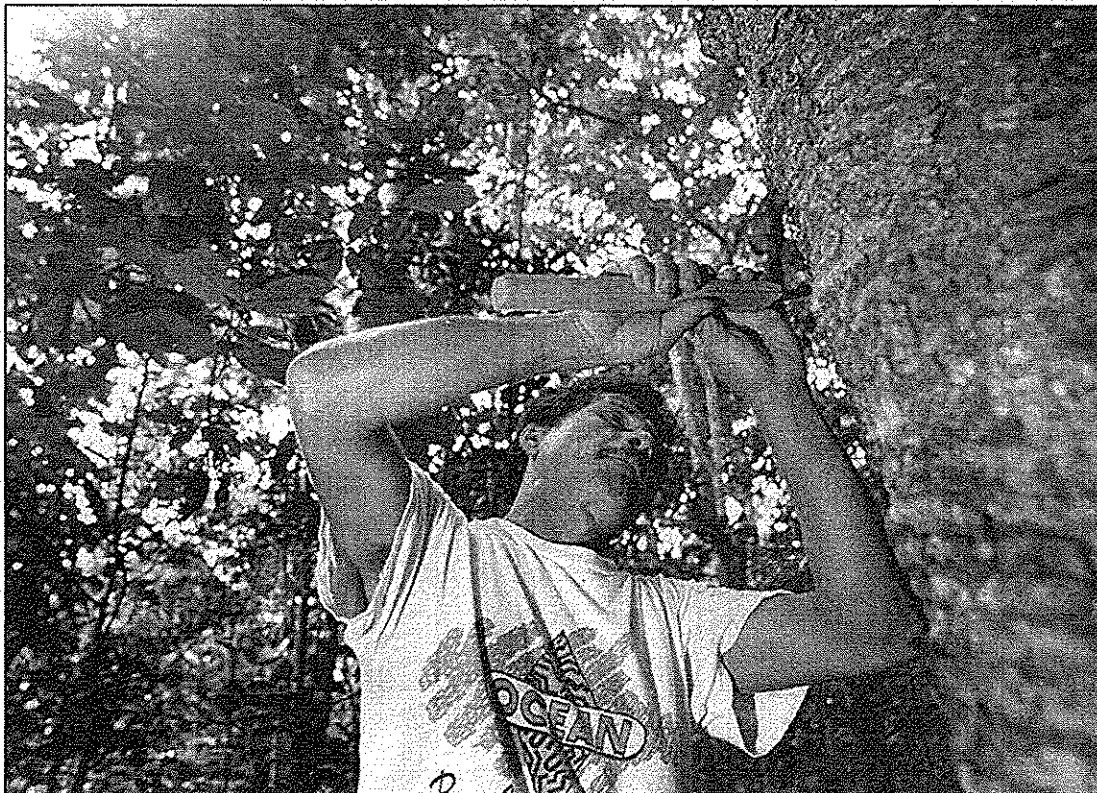
Representante de um país doador

e órgãos envolvidos no PPG-7. A principal preocupação é a de que muitos projetos demoram demais para serem implantados, às vezes até dois anos, porque têm de satisfazer as exigências dos diversos doadores — até cinco países diferentes —, que impõem

seus próprios procedimentos administrativos (*leia matéria ao lado*). Esse acúmulo de burocracia faz o dinheiro demorar demais para chegar aos beneficiários — governos estaduais, órgãos governamentais e ONGs.

Um relatório entregue em julho por um grupo de peritos aconselha a criação de alguma estrutura que agilize a execução

Cláudio Versiani 18.6.97



Seringueiro trabalha em reserva extrativista de borracha no Acre: um dos mais de 300 projetos do PPG-7

dos projetos e exige maior empenho do Brasil em coordenar os governos estaduais e as instituições envolvidas, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

PROPOSTAS

Para descomplicar a burocracia e fazer o dinheiro chegar mais rápido aos beneficiários, uma das idéias é a criação de algum tipo de gerente para o PPG-7. Existem algumas propostas. Uma delas, que não conta com o apoio da maioria dos participantes, seria uma fundação autônoma para administrar o programa.

O mais provável é que se crie um grupo de gerência e coordenação do PPG-7. Mas ainda não

se sabe se ele funcionaria dentro do Banco Mundial ou seria assumido pelo governo brasileiro. No segundo caso, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) teria sua estrutura reforçada.

Outro tema de discussão é descobrir modos de fazer com que o dinheiro chegue mais rápido aos beneficiários. Para evitar o excesso de burocracia, há quem defenda o princípio de que cada projeto deva ter apenas um doador. Outra idéia é generalizar um financiamento direto usando a infra-estrutura do Banco do Brasil. O modelo já funciona bem, por exemplo, em vários pequenos projetos de desenvolvimento sustentável mantidos pela União Européia.

Os parceiros do Brasil também querem saber como o governo brasileiro vai conciliar suas políticas públicas para

meio ambiente com os projetos de desenvolvimento econômico. “Preocupa-nos saber como o PPG-7 ajuda no debate nacional de como promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia”, explica um representante de um país doador.

Há a preocupação, por exemplo, de que o eixo da produção e escoamento da soja do Centro-Oeste, via hidrovias Tocantins-Araguaia, Amazônia adentro (uma das principais iniciativas do Programa Avanço Brasil do governo federal), possa ser incoerente com projetos de desenvolvimento sustentável. Outra incoerência, que já começa a ser resolvida, é a do estabelecimento de colônias agrícolas pelo Incra, com fins de reforma agrária, que não atendiam a critérios de proteção ao meio ambiente.

Estrutura é complicada

O funcionamento do PPG-7 não é nada fácil de entender. Ele é financiado pelos sete países mais ricos do mundo (G-7). Mas a maioria dos US\$ 338 milhões vem dos principais doadores: Alemanha (US\$ 138,8 milhões), União Européia (US\$ 82 milhões) e Grã-Bretanha (US\$ 34,4 milhões).

Alguns países do G-7 têm uma participação pequena, como a França, que contribuiu, até agora, com US\$ 1,6 milhão. A do Canadá é quase simbólica: US\$ 700 mil. Em compensação, Espanha e Holanda, que não fazem parte do G-7, também passaram a contribuir para o programa. O Brasil tem que entrar com uma contrapartida de cerca de 10%. Mas, dos US\$ 26,7 milhões já comprometidos pelo governo brasileiro, apenas US\$ 1,5 milhão foram gastos.

Todos os países repassam pelo menos 10% de suas doações para o Fundo da Floresta Tropical, gerido pelo Banco Mundial. O restante sai diretamente dos países doadores aos beneficiários, que podem ser governos estaduais, organizações não-governamentais (ONGs), instituições governamentais e centros de pesquisa — como o Museu Emílio Goeldi (Belém) ou o Instituto Nacional para a Pesquisa na Amazônia (Inpa).

Aí começa a complicação. Alguns projetos contam com até cinco doadores (o Banco Mundial e quatro países diferentes), cada um com sua exigência burocrática. Por outro lado, aqueles que dependem de apenas um doador acabam funcionando de maneira melhor. É o caso dos projetos de demarcação de áreas indígenas financiados pela Alemanha ou das pesquisas científicas bancadas pelos Estados Unidos. (MS)